

Aline Klayse dos
Santos Fonseca

Responsabilidade **Civil**

Do Dano à Danosidade

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Aline Klayse dos Santos Fonseca

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas
Fotografia: Erica Fabíola Tuma

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F676r

Fonseca, Aline Klayse dos Santos.

Responsabilidade civil : do dano à danosidade / Aline Klayse dos Santos Fonseca. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

220 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 191-202.

ISBN 978-85-519-1180-8

1. Direito civil. 2. Responsabilidade (Direito) - Brasil.
3. Dano. 4. Prevenção. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	5
1 – Introdução.....	13
Capítulo 1: Fundamentação Sociológica, Jurídica e Filosófica da Prevenção de Danos na Responsabilidade Civil.....	27
1.1 Fundamentação Sociológica: a Sociedade do Risco, de Consumo e a Complexidade.....	28
1.2 Fundamentações Jurídicas para a Releitura do Conceito de Dano: a Interdependência da Vulnerabilidade, Sustentabilidade e Solidariedade como Pilares para a Tutela do Ser Humano, Bens e Interesses Jurídicos.....	36
1.2.1 A vulnerabilidade como conceito relacional entre o direito do consumidor e o direito do trabalho.....	40
1.2.2 A interpretação sistêmica da sustentabilidade à luz da Constituição da República Federativa do Brasil para além do discurso ambientalista e desenvolvimentista: em busca da sustentabilidade humana.....	48
1.2.3 Reconhecimento e tutela de novos bens jurídicos e o seu reflexo na responsabilidade civil	52
1.2.4 A força normativa da prevenção e precaução.....	56
1.3 Fundamentação Jurídico-Filosófico da Ampliação do Conceito de Dano e de Sua Prevenção da Responsabilidade Civil.....	58

1.3.1 O fundamento da responsabilidade civil extracontratual em Jules Coleman: a justiça corretiva e o dever de reparar danos injustos.....	59
1.3.2 Para além do formalismo e funcionalismo	64
Capítulo 2: As Funções da Responsabilidade Civil Contemporânea.....	69
2.1 A Função Reparatória: a Insuficiência e Contradições na Repressão aos Danos	69
2.2 A Função Punitiva: Controvérsias e o Instituto do <i>Punitive Damages</i>	73
2.3 A Função Preventiva como Instrumento de Tutela Individual e Coletiva	80
2.4 A Função Promocional da Responsabilidade Civil pela Ação Extraordinariamente Cautelosa: as Sanções Positivas como Resposta do Ordenamento Jurídico.....	86
Capítulo 3: Releitura dos Conceitos Jurídicos da Responsabilidade Civil: do Passado para o Futuro	97
3.1 Os Ilícitos Cíveis e Seu Caráter Aberto: Quebrando os Grilhões dos Modelos Fechados e Formais	98
3.2 A Culpa: Ocaso ou Fortalecimento?	106
3.3 O Abuso do Direito e Suas Conexões com a Formação do Estado de Danosidade	109
3.4 O Risco e Suas Diversas Conformações	124
3.5 Dano: Visão Clássica e a Necessidade de Ampliação Conceitual.....	131
Capítulo 4: A Imputação da Responsabilidade Civil pela Formação do Estado de Danosidade.....	141

4.1 Transição do Dano à Danosidade Civil: a Imperiosa Necessidade da Ampliação Conceitual de Dano	142
4.2 A Complementariedade entre a Imputação da Responsabilidade Civil pela Formação do Estado de Danosidade e Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito	148
4.3 Proposta do Conceito Jurídico de Estado de Danosidade	152
4.4 A Formação do Estado de Danosidade pela Vulneração de Direitos Individuais e Transindividuais.....	158
4.5 Aplicação das Sanções Preventivas pela Formação do Estado De Danosidade Decorrente de Violações a Direitos Transindividuais em Decisões Estruturais.....	176
Considerações Finais	183
Referências Bibliográficas	191